

comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”.

c) DO NÚMERO DE SÉRIE DOS EQUIPAMENTOS NÃO APRESENTADOS

Preliminarmente, questiona-se os efeitos do referido quadro de equipamentos, conforme item V.01.03, "f", requisito de habilitação. O qual repisa-se novamente à modalidade Tomada de Preços 0001/2019, como já fundamentado, não podendo insurgir qualquer plausibilidade vinculante ante ao referido item do edital e consequente inabilitação da licitante.

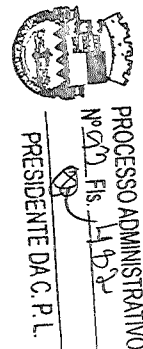
Por outro giro, percebe-se que o Quadro de Equipamentos da licitante também encontra em desconformidade com o Anexo IV, todavia a licitante não apresentou o número de série de diversos equipamentos, sendo os quais: 1 Câmera Gopro Hero 4, Câmera Panasonic AC 160p, Câmera JVC px 1000, 3 tripés Davis e sandfordprovista, 2 tripés Mattedy, Mesa de Som Watsom 8 Canais, Mesa de Som Arcano am-eq2-12, 2 Microfone PDW 8400, Microfone com Fio Adzen Lapela, 3 Microfone sem fio de mão, 3 sistemas de comunicação, 3 teleprompter e 2 estúdios chroma key.

Sendo certa a obrigação de apresentação do número de série, com a finalidade de que a administração possa identificar os equipamentos, na falta da apresentação observa-se consequente obrigação da CPL em inabilitar o licitante nos termos do próprio edital por força do item V.01.03, "f", sob o escopo do princípio de vinculação do instrumento convocatório. É o que se verifica "in casu" nas fls. 402 e 403, sendo tal desconformidade fundamento premente a inabilitação da G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS até porque a CPL não tem a prerrogativa de criar juízo subjetivo.

Afinal, o que é exigido no Edital - e que possui este padrão- não está explicitado no documento em questão da licitante guerreada. É de claridade solar que a CPL não pode se pautar em subjetividades para tomar suas decisões. Mas em critério objetivo, limitando-se ao Edital em referência.

d) ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Na fl. 399, a Câmara Municipal de Nova Friburgo emite atestado em favor da licitante G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS, comprovando a transmissão televisiva e produção do conteúdo audiovisual em favor do referido órgão pelos agentes Emanuel Garcia Barata e Marcos Antônio Silva Miranda, contudo tal declaração viola o artigo 22 da Medida Provisória 2.228-1/2001 e Artigo 12 da lei 12.485/2011 que *in verbis* dizem:



Handwritten mark or signature.

Art. 22. É obrigatório o registro das empresas de produção, distribuição, exibição de obras cinematográficas e videofonográficas nacionais ou estrangeiras na ANCINE, conforme disposto em regulamento.

(grifos nossos)

Artigo 12 da lei 12.485/2011

Art. 12. O exercício das atividades de programação¹ e empacotamento é condicionado a credenciamento perante a Ancine.



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 93, Fls. 483

(grifos nossos)

PRESIDENTE DA C. P. L.

Destarte, a empresa G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS prestava serviços a Câmara Municipal de Nova Friburgo de forma ilegal, sem ser registrada e credenciada na Agência Nacional do Cinema, tanto para o objeto de "produção", quanto o de "transmissão televisiva", conforme dispositivos legais ora expostos. Portanto a inabilitação dessa licitante torna-se patente, sendo certo que a lei 8666/93 prevê no artigo 30 a exigência de documentação de lei especial, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(omissis)

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

(grifos nossos)

A prova de não registro e credenciamento (conforme fls. 379-385 desse P.A) na Autarquia Especial, elide a possibilidade do exercício das atividades declaradas no atestado, sendo ilegais, nulas, por violação de preceito de ordem pública, portanto não podendo gerar nenhum efeito ante a esse instrumento convocatório. Nesse sentir leciona CAMPOS BATALHA, **"a nulidade opera a privação de efeitos do negócio jurídico independente de qualquer postulação ou decretação."**

O STF, o guardião da CRFB/1988, enfrentou o tema na ADI 4679 DF, sob relatoria voto do ministro Luiz Fux, considerando a constitucionalidade dos requisitos legais apresentados na lei 12.485/2011:

¹ A lei 12.485/2011, conhecida como lei do serviço de acesso condicionado (SeAC), TV por assinatura, define o que é atividade de programação no seu artigo 2º:

"Para os efeitos desta Lei, considera-se:

(omissis)

IV - Canal de Programação: resultado da atividade de programação que consiste no arranjo de conteúdos audiovisuais organizados em sequência linear temporal com horários predeterminados;"

"(...)De fato, ainda que se considere que as atividades de montagem da grade de programação e de elaboração dos pacotes de canais configurem autêntica manifestação de pensamento, o cadastro prévio junto à ANCINE está longe de representar qualquer "censura prévia". É que já foi assentada a constitucionalidade das diversas regras materiais aplicáveis ao setor (tais como as que fixam a responsabilidade editorial restrita aos brasileiros, as que limitam a participação cruzada de capital e, 108 Revisado ADI 4679 / DF notadamente, as que fixam conteúdos brasileiros mínimos a serem veiculados). Ora, se essas regras materiais são válidas, nada mais óbvio do que existir uma autoridade responsável por zelar por seu cumprimento e, em verificando a inobservância dos comandos legais, punir, proporcionalmente, o agente econômico infrator. (...)"

Acrescentou ainda,



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fls. 484
PRESIDENTE DA C. P. L.

"(...)O art. 36 da Lei do SeAC – da mesma forma como os arts. 12 e 13 da Lei – simplesmente cria instrumentos para que a ANCINE tenha condições de exercer a fiscalização e impor a observância das regras criadas pelo novo marco regulatório do setor.(...)"

Outro campo que merece irredutibilidade, concernente ao presente atestado emitido pela Câmara Municipal de Nova Friburgo em favor da G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS, está ligado à expressão contida no documento"(...) Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone até a presente data. (...)" sobre essa afirmação insurgem controvérsias! A começar pela transmissão piloto realizada pela licitante que não cumpriu requisitos do processo administrativo nº 051/2017 da Câmara Municipal de Nova Friburgo, em anexo estão demonstrados elementos suficientes que frustram a emissão desse atestado por inadimplemento pela licitante dos requisitos presente naquele instrumento convocatório, como: a não Geração de caracteres e não transmissão por meio de nenhum canal da transmissão piloto.

Ainda sobre tal atestado há outros apontamentos, o primeiro deste está relacionado às interferências na frequência do canal 6 no Alto do Floresta, distrito de Conselheiro Paulino, conforme anexo, impedindo que os telespectadores da localidade tivessem a possibilidade de ouvir o conteúdo das sessões legislativas, quando a empresa G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS prestava serviços à Câmara Municipal de Nova Friburgo. A segunda cizânia está relacionada à produção dos Programas TV Câmara do edital Concorrência 0001/2017 o qual consta no processo de pagamento pelo CAIXA Nº 05 DE 31/05/2018 fls. 03, doc acostado, subscritos pelos agentes Emanuel Garcia Barata e Marcos Antônio Silva Miranda no dia 03 de maio de 2018, que a **"Produção e transmissão do Programa TV Câmara.**